

# A DICOTOMIA RURAL X URBANO: APLICAÇÃO DOS CRITÉRIOS DA OCDE PARA A REGIÃO METROPOLITANA DO CARIRI-CE

Maria Valeria da Silva Freire  
Universidade Regional do Cariri  
valeriasf19@hotmail.com

Francisco Diego Guedes Ferreira,  
Universidade Regional do Cariri  
fdiegogf@hotmail.com

Maria Messias Ferreira Lima  
Universidade Regional do Cariri  
messias.lima@urca.br

## RESUMO

As mudanças ocorridas nas últimas décadas, decorrentes do desenvolvimento tecnológico, penetração do capitalismo no campo e elevado índice de urbanização, tem (re)orientado o debate em relação a dicotomia rural x urbano. A partir desse contexto a pesquisa teve como objetivo investigar e classificar o espaço da RM Cariri em relação ao paradigma rural x urbano. Os dados são de origem secundária, oriundos do IBGE. Utilizou-se a metodologia proposta pela OCDE. Concluiu-se então que a RM Cariri pode ser classificada como intermediária, por influência do município de Juazeiro do Norte. Dessa forma, a RM Cariri apresenta-se mais rural do que se “imagina” necessitando de políticas públicas para as áreas rurais, promovendo o desenvolvimento econômico, social e ambiental.

**Palavras-chave:** Cariri; Rural-Urbano; Tipologia

## CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A partir de mudanças significativas em relação às atividades desenvolvidas nas áreas rurais e urbanas a classificação política administrativa dos municípios não corresponde mais as atuais configurações do espaço. O paradigma sendo modificado pelo contraste da modernização e pelo elevado índice de urbanização, tornando-se difícil a sua classificação. No meio acadêmico, vários estudiosos das mais diversas áreas entram em profundas discussões ao que se referem os conceitos e ao que se diferem o rural e o urbano. Alguns ditam o “fim do rural”, onde as regiões tornam-se mais

urbanizadas. Outros apontam que há um processo de “renascimento” de um novo rural, como também há aqueles que sugerem uma dicotomia.

As recentes transformações decorrem do cruzamento de características que anteriormente eram exclusivas no âmbito campo ou cidade, que ampliam a concepção de seus conceitos tradicionais necessitando de uma nova configuração para esses espaços. Em síntese a concepção tradicional pelo espaço (agrícola e não-agrícola) é relacionada com a natureza e o seu grau de desenvolvimento. O rural traduzindo o campo e a agricultura, enquanto o urbano relacionado ao desenvolvimento, serviços e a industrialização.

A partir desse contexto, a pesquisa tem como objetivo caracterizar a Região Metropolitana do Cariri (RMC) com base na metodologia proposta pela OCDE. O trabalho foi dividido em três partes, além dessas considerações iniciais. Na primeira parte foram discutidos as ‘novas abordagens’ sobre o rural e o urbano, tendo como suporte teórico os trabalhos de: Abramovay (2000), Bagli (2010), Graziano da Silva (1997), Girardi (2008), Marques (2002), Moreira (2003), Navarro (2001), Ponte (2004), Rosas (2010), Rossini (2009), Siqueira (2001), Veiga (2000) e Wanderley (2000 e 2001) mostrando suas principais abordagens teóricas sobre o tema aqui discutido.

Na segunda parte foi apresentado a caracterização do rural e o urbano na RMC que é composta por 9 municípios, de acordo com a tipologia proposta pela OCDE que propõe a classificação das unidades territoriais a partir da densidade demográfica e contingente populacional. E por último as considerações finais sobre os resultados encontrados na pesquisa aqui proposta.

## **BREVE REFLEXÃO SOBRE O RURAL E O URBANO NA CONTEMPORANEIDADE**

Para Moreira (2003) esse debate começa com a burguesia industrial e urbana, onde estas definiam o rural como campo e agrícola. Posteriormente, o rural-agrícola, foi idealizado como proprietário da natureza e tradição. E assim, o único que pode ser transformado pelo processo civilizatório burguês ou de modernização.

Rosas (2010) relata que quando se busca compreender, interpretar e analisar as características e diferenciar o rural e o urbano pode-se observar a partir de diversas vertentes idealizadas por vários pesquisadores. “Dentre outras, pode-se analisar as características do rural e do urbano na paisagem, nas relações sociais, culturais, de vivência, de uso do solo, econômicas, só para citar algumas, em tais espaços, e na relação entre eles” (p, 42).

Abramovay (2000) destaca três aspectos básicos para a definição do meio rural. Em primeiro lugar a relação com a natureza onde há um contato mais intenso no meio rural que o urbano, baseando-se também na relação que o rural possui com a agricultura. Posteriormente a dispersão populacional, nítida nas áreas não densamente povoadas, onde predomina a proximidade familiar na comunidade e vizinhança. O último aspecto está ligado à dependência do rural ao sistema urbano e aos vínculos

econômicos. Por outro lado, se o meio rural saísse do cenário de pobreza, não precisando de políticas sociais e que a população possuísse funções vantajosas tanto para o campo como para a cidade, o rural experimentaria a noção de desenvolvimento.

Bagli (2010) caracteriza a paisagem rural pela aproximação com os aspectos naturais como a existência de vegetação e subsistência por parte da produção dos próprios alimentos para consumo, como também a criação de animais. Relação direta com tudo o que representa a natureza em seu estado pouco modificado, já que apresenta menos transformações que na paisagem urbana. E transmite uma relação homem e meio, visto que as modificações no seu espaço são pouco perceptíveis.

As definições sobre campo e cidade discutidas em Marques (2002), partem de duas grandes abordagens: a dicotômica e a de *continuum*. A abordagem dicotômica trás uma oposição entre os meios rurais e urbanos, onde existem divergências em relação a seus espaços. A segunda abordagem é decorrente das interligações campo-cidade e do processo de urbanização que recai sobre toda a sociedade, alcançando as regiões rurais e urbanas.

Segundo Veiga (2000) a abordagem dicotômica, fundamenta-se na ideia de inexistência de um *continuum*, não considerando a existência de interferência nas distinções de suas áreas. Defende que uma grande transformação no meio rural por definição torna-se todo o espaço geográfico em si urbano já que não concorda com a existência de um “novo rural” ou rural diferenciado.

Wanderley (2001) afirma que existe uma inter-relação entre essas duas extremidades como um *continuum* rural-urbano. Tal conceito divide-se em duas vertentes, a primeira classificada como “urbano-centrada” no qual se põe um caráter de progresso do urbano enquanto retrocesso do rural e por consequência o fim da realidade rural. Já na segunda, a autora afirma uma existência de um *continuum* rural-urbano, onde as conexões entre esses dois polos não alteram suas particularidades, não determinando um “fim do rural”.

Graziano da Silva (1997) argumenta que não é possível determinar uma análise entre o rural e o urbano por meio da dicotomia, afirmando que o rural brasileiro pode ser entendido como um *continuum*, suas distinções não se remetem apenas às atividades agrícolas e não-agrícolas. Estabelece que o “fim do rural” se inicia em decorrência da expansão do meio urbano nas áreas rurais e da entrada do processo de industrialização da agricultura, e conclui que a agricultura não é característica exclusiva do rural.

Classificando as fronteiras como mensurações insatisfatórias, Abramovay (2000) afirma que as três principais formas são irrelevantes. A primeira, a delimitação administrativa não leva em consideração os aspectos culturais, sociais, geográficos e econômicos, e por mais que algumas localidades possuam apenas uma população de centenas ou até mesmo dezenas, mas que possuem serviços públicos, até as admite como urbanas, ou como distritos, por exemplo. Em segundo, por levar em consideração que o desenvolvimento do trabalho não-agrícola é maior que o agrícola nas áreas

rurais, a ocupação no meio rural não é mais definida por exclusividade na agricultura, e em países desenvolvidos, a adoção desse critério acabaria com a ideia de rural.

Por último, referente à população, não é possível utilizar a quantidade pré-estabelecida como padrão, por não considerar a realidade brasileira, ou seja, faria com que a população brasileira fosse considerada grande parte rural. As regiões são classificadas como rural ou urbana, mas não são indicando quais são as áreas mais ou menos rurais.

A análise do rural atualmente passa por alterações em relação à sua abordagem que reflete na elaboração das políticas públicas, sustentada pela promoção do desenvolvimento rural, afastando-se do debate tradicional da questão agrária.

Ao abordar sobre desenvolvimento rural, Navarro (2001) relata sobre mudanças em todo o contexto social, e que “parecem assim desaparecer definitivamente o corte rural-urbano e as formas de sociabilidade, igualmente demarcadas por tal segmentação” (p, 97). Ainda assim Navarro (2001) conclui que os diagnósticos e conjuntos de propostas ainda não são suficientes para reconstrução do mundo rural e suas potencialidades sociais e produtivas, considerados os desafios e impasses existentes.

Ao abordar sobre ruralidade, Abramovay (2000) relata que a definição da FAO/SDA (1998) propõe que:

Ainda que em muitos casos a agricultura ofereça o essencial das oportunidades de emprego e geração de renda em áreas rurais, é preferível não defini-las por seu caráter agrícola. Há crescente evidência de que os domicílios rurais (agrícolas e não-agrícolas) engajam-se em atividades econômicas múltiplas, mesmo nas regiões menos desenvolvidas. Além disso, conforme as economias rurais se desenvolvem, tendem a ser cada vez menos dominadas pela agricultura. Finalmente, existem empreendimentos agropecuários, em alguma medida, nas áreas urbanas (ABRAMOVAY, 2000, p.06).

Ponte (2004) ressalta que nas relações econômicas o rural está associado ao uso da terra, mas não de uso exclusivo as atividades agropecuárias, mas a prestações de serviços, moradia, e outras atividades não-agrícolas. Abordando o processo de produção do espaço, Rossini (2009) explica:

Se o processo de produção do espaço é um processo de trabalho, as parcelas do espaço global se articulam e se integram a partir do papel que cada uma terá no processo de trabalho geral. Estabelece-se então uma diversidade de relações com intensidades desiguais, que vão produzir o espaço global mediante a produção de parcelas espaciais menores. Na formação econômica da sociedade capitalista, a categoria determinante da análise é o capital. Desse modo teremos uma produção espacial voltada para as exigências e necessidades do capital, uma população que se produzirá e reproduzirá em função de suas leis e, conseqüentemente, um processo de apropriação que lhe será peculiar (ROSSINI, 2009, p.10)

Rua (2006) afirma que o capitalismo recria o rural, mas ainda diz que o mesmo participa desigualmente desse processo de interações espaciais do mundo atual, por uma lógica complexa, afetando a identidade social dos atores do meio rural e suas estratégias de reconstrução ou manutenção do espaço.

A modernização da sociedade nos espaços locais/rurais tem como fundamento a crescente 'paridade social', isto é, a similitude entre as condições de vida das populações que vivem nas cidades e no meio rural e a também crescente disponibilidade, no meio rural, daquilo que ainda é definido como o padrão de 'conforto urbano' (WANDERLEY, 2000, p. 128).

De acordo com Lindner (2010) o rural deixa de ser denominado apenas como espaço agrícola, como também, os atores do seu habitat perdem a exclusiva denominação de agricultores. "Isto é fruto da mudança do sistema produtivo que liberou mão-de-obra no campo, acelerando a necessidade de se buscar novas alternativas de renda, visando garantir a reprodução socioeconômica de seus habitantes, numa busca de adaptação à nova realidade" (p, 2).

O espaço deixa de ser exclusivo das atividades rurais, e passa a possuir uma nova compreensão, sendo um novo mundo rural, onde não se é determinado exclusivamente por suas atividades meramente voltadas a agricultura, mas impõe seu espaço na sociedade mais complexa, compreendido como multifuncionalidade do rural, como demonstra Moreira (2003) *Apud* Rua (2006, p. 87).

Esse (novo mundo rural) passa a ser compreendido não mais como espaço exclusivo das atividades, mas como lugar de uma sociabilidade mais complexa que aciona novas redes sociais regionais, estaduais, nacionais e mesmo transnacionais. Redes sociais as mais variadas que no processo de revalorização do mundo rural, envolvem a reconversão produtiva (diversificação da produção), a reconversão tecnológica (tecnologias alternativas de cunho agroecológico e natural), a democratização da organização produtiva e agrária (reforma agrária e fortalecimento da agricultura familiar), bem como o fortalecimento dos turismos rurais (ecológico e cultural). (Moreira *Apud* Rua, 2006, p. 87).

Moreira (2003) conclui que, do outro lado, as "cidades" possuidoras de uma economia vinculada ao setor secundário e terciário não podem apenas pelo âmbito setorial, possuir a definição de urbanas, para isso é necessária uma análise socioeconômica e demográfica para caracteriza-las.

Algumas dessas localidades são tidas apenas como grandes alocações de empresas situadas em áreas rurais, atraídas pelo baixo custo e pela enorme quantidade de mão de obra, enquanto que todos os seus fundamentos e culturas estão diretamente ligados ao rural, assim não há mais como classificar o rural levando em conta apenas o contexto setorial, mas poderá ser definido a partir de uma análise do território como um todo.

## **O RURAL E O URBANO NO CEARÁ: A TIPOLOGIA PROPOSTA PELA OCDE APLICADA A REGIÃO METROPOLITANA DO CARIRI – RMC.**

A tipologia da OCDE segundo Girardi (2008) é formada a partir de três critérios: a) consiste em avaliar a densidade demográfica, e o parâmetro utilizado afirma que se uma unidade territorial tiver mais de 150 hab./km<sup>2</sup> é considerado urbano, menos que isso é tido como rural; b) analisa-se a região onde essas unidades territoriais se encontram, ou seja, se menos de 15% das unidades territoriais forem tidas como rurais é predominantemente urbana, se entre 15% e 50% tem caráter intermediário e se mais de

50 % for tida como rural é predominantemente rural e; c) é avaliada a classificação da região a fim de avaliar uma possível mudança de classe, afirma que se uma região predominantemente rural tiver um centro urbano com mais de 20.000 habitantes e não for inferior há 25% da regional essa passa a ser classificada como intermediaria, e se um a região intermediaria possuir um centro com mais de 50.000 habitantes e não for inferior a 25% da população da região essa passa a ser tida como predominantemente urbana.

A metodologia foi aplicada para o Ceará considerando suas 33 microrregiões, como mostra o Quadro 01.

**Quadro 1: O urbano e o rural nas microrregiões cearenses.**

Tipos	Nº de microrregiões	% das microrregiões	População em 2010	% da população total do estado em 2010
<b>Predominantemente urbana</b>	2	6,06	3.468.137	41,03
<b>Intermediaria</b>	1	3,03	769.600	9,11
<b>Predominantemente rural</b>	30	91,91	4.214.644	49,86
<b>Total</b>	33	100	8.452.381	100

Fonte: elaborada pelos autores a partir de dados do IBGE Cidades, 2010.

Os resultados apontam que das 33 microrregiões analisadas apenas 2 possuem predominância urbana que são a microrregião de Pacajus e a região metropolitana de Fortaleza. Entretanto, vale ressaltar que mesmo 91,91 % das microrregiões sendo predominantemente rural a população que reside nestas localidades, somam menos da metade da população total do estado do Ceará, assim tem-se que as regiões tidas como rurais são as áreas mais espessas, onde pode ser subentendido que são nestas onde o setor predominante da economia é o primário, já as regiões predominantemente urbanas e intermediaria, tem por sua vez uma maior ocupação territorial e devido a isso pode-se concluir que nelas os setores secundários e terciários da economia são os predominantes.

A metodologia foi aplicada para a região metropolitana do Cariri que é formada por 9 (nove) municípios, e pertence a mesorregião sul cearense. A importância de classificar os municípios reside no fato de que os municípios rurais e urbanos apresentam dinâmicas econômicas e demográficas diferentes, resultando, portanto, em políticas públicas que priorizem as características dos territórios, sejam eles rurais ou urbanos.

Os resultados mostram, portanto, que apenas um dos 9 municípios foi classificado como urbano e os outros 8 foram tidos como rurais, seguindo a metodologia, que classifica a RMC com

predominância rural, fato que foi alterado devido o município de Juazeiro do Norte possuir população acima de 200 mil habitantes o que representa mais de 25% da população contida na região metropolitana do cariri cearense, seguindo a tipologia em questão a RMC passa a ser considerada como intermediária.

Quadro 2: Divisão do urbano e rural na região metropolitana do cariri cearense.

Municípios	População 2010	Densidade demográfica (hab/km <sup>2</sup> )	Rural ou urbano	Classificação do rural e urbano	Mudança dos tipos de rural e urbano
Barbalha	<b>55.323</b>	<b>97,1</b>	<b>RURAL</b>	<b>PREDOMINANTE RURAL</b>	<b>INTERMEDIARIO</b>
Crato	<b>121.428</b>	<b>103,2</b>	<b>RURAL</b>		
Caririaçu	<b>26.393</b>	<b>42,3</b>	<b>RURAL</b>		
Farias Brito	<b>19.007</b>	<b>37,7</b>	<b>RURAL</b>		
Jardim	<b>26.688</b>	<b>48,3</b>	<b>RURAL</b>		
Juazeiro do Norte	<b>249.939</b>	<b>1.004,50</b>	<b>URBANO</b>		
Missão Velha	<b>34.274</b>	<b>53,1</b>	<b>RURAL</b>		
Nova Olinda	<b>14.256</b>	<b>50,1</b>	<b>RURAL</b>		
Santana do Cariri	<b>17.170</b>	<b>20,1</b>	<b>RURAL</b>		

Fonte: elaborada pelos autores a partir de dados do IBGE Cidades 2010.

Os municípios de Juazeiro do Norte, Crato e Barbalha, possuem consecutivamente os três maiores aglomerados no que diz respeito à população e as maiores demografias da RMC do cariri cearense, e os outros 6 municípios são demograficamente menores, o que os põe segundo a tipologia em questão, numa condição de rural, bem afastado dos níveis de urbano. A partir dos dados expostos, a RMC configura-se como intermediária com um amplo destaque para o município de Juazeiro do Norte por possuir uma densidade demográfica de 1.004,5 hab/km<sup>2</sup> e uma população aproximadamente de 250.000 hab (IBGE, 2010) o que fez com que a RMC de predominância rural passasse ao nível de intermediária.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Decorrente do entrave sobre o rural e urbano, não sendo possível um consenso entre autores, várias correntes foram formadas, entrando nesse contexto, se afirma a corrente de Wanderley (2001) para a RMC, onde retrata essa inter-relação de *continuum* rural-urbano como ocorre nos municípios aqui

abordados. Inserindo-se em sua segunda vertente, quando relata que na conexão entre os polos suas particularidades não se alteram e assim, não decorrendo do “fim do rural”, mas sim um *continuum* do mesmo. Também existem tipologias que tentam explicar e fazer essa divisão, como o caso da tipologia da OCDE aqui expressa, que faz a classificação para os municípios cearenses a partir de critérios específicos.

Diante do que foi exposto pode-se concluir que o estado do Ceará considerando a metodologia proposta pela OCDE possui predominância rural, necessitando de políticas públicas para as áreas rurais, promovendo o desenvolvimento econômico, social e ambiental. Essa realidade entra em evidência também ao mostrar que o Ceará, bem como a RMC não é tão urbana, considerando então o que Veiga (2002) relata quando diz que ‘o Brasil é menos urbano quanto se imagina’. A região metropolitana do Cariri Cearense apresenta uma particularidade, sendo a única das microrregiões do Ceará que ocupa a definição de região intermediária.

## REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, R. **Funções e medidas da ruralidade no desenvolvimento contemporâneo**. Texto para discussão nº 702. IPEA: Rio de Janeiro, 2000.
- BAGLI, Priscila. Rural e urbano: harmonia e conflito na cadência da contradição. In: SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão; WHITACKER, Arthur Magon.(org) **Cidade e campo: relações e contradições entre urbano e rural**. 2ª Ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010. P, 81-109.
- GIRARDI, E.P.**O rural e o urbano: é possível uma tipologia?** Presidente Prudente, 2008.
- GRAZIANO DA SILVA, J. O novo rural brasileiro. In: SHIKI, S.; GRAZIANO DA SILVA, J.;ORTEGA, C. (Org.). **Agricultura, meio ambiente e sustentabilidade do cerrado brasileiro**. Urberlândia/Campinas: Embrapa/UFU/Unicamp, 1997.
- IBGE/CIDADES (2010). Disponível em:  
<[http://cidades.ibge.gov.br/download/mapa\\_e\\_municipios.php?lang&uf=ce](http://cidades.ibge.gov.br/download/mapa_e_municipios.php?lang&uf=ce)> Acesso em 21 out. 2014
- IBGE/ SIDRA . Disponível em:  
<<http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/tabela/protabl.asp?c=200&z=cd&o=27&i=P>> Acesso em 14 set. 2014
- LINDNER, Michele; WANDSCHEER, Elvis Albert Robe. **Manifestações das ruralidades em pequenos municípios gaúchos: o exemplo da quarta colônia de imigrantes italianos**. V.5, n. 9, p. 147-165, Fev. 2010.
- MARQUES, M. I. M. **O Conceito de espaço rural em questão**. Revista Terra Livre. São Paulo: AGB, n.19, 2º sem. 2002, p.95-112.
- MOREIRA, Roberto José. Cultura, Política e o Mundo Rural na Contemporaneidade. **Estudos, Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro: CPDA-UFRRJ, n. 20, p. 113-143, abr., 2003.
- NAVARRO, Zander. **Desenvolvimento rural no Brasil: os limites do passado e os caminhos do futuro**. Estudos Avançados 15 (43), 2001.
- PONTE, K.F. (RE) **Pensando o conceito de rural**. REVISTA NERA - ANO 7, N. 4 – Janeiro/Julho DE 2004 - ISSN 1806-6755.

ROSAS, Celso Antonio da Fonseca. A (dê)sconstrução da dicotomia rural-urbano no extremo Noroeste paulista. 2010. 246f. **Tese** (Doutorado em Geografia) - Universidade Federal de Uberlândia, UFU, Uberlândia. Uberlândia, 2010.

ROSSINI, Rosa Ester. A produção do novo espaço rural: pressupostos gerais para a compreensão dos conflitos sociais no campo. **Campo-Território: revista de Geografia Agrária**, v. 4, n. 8, p. 5-28. Ago. 2009.

RUA, João. Urbanidades no Rural: o devir de novas territorialidades. **Campo-Território: revista de Geografia Agrária**, v. 1, n. 1, p. 82-106, Fev. 2006.

VEIGA, J. E.da. **A face rural do desenvolvimento: natureza, território e agricultura**. Porto Alegre: UFRGS, 2000.

VEIGA, J. E. da. **Cidades Imaginárias: o Brasil e menos urbano do que se calcula**. Campinas: Autores Associados, 2002.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. A emergência de uma nova ruralidade nas sociedades modernas avançadas - o “rural” como espaço singular e ator coletivo. **Estudos Sociedade e Agricultura: Revista semestral de ciências sociais aplicadas ao estudo do mundo rural**. Rio de Janeiro, n. 15, p. 87 - 145 Out. 2000.

WANDERLEY, M. N. B. **A ruralidade no Brasil moderno: por um pacto social pelo desenvolvimento rural**. In: GIARRACCA, N. (org.). *Una nueva ruralidad em America Latina?* Buenos Aires, 2001, p.31-44.